



CE-PREVCOM
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO ESTADO DO CEARÁ

Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA

APROVADO PELO CONSELHO DELIBERATIVO NA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 08/12/2025

Dezembro/2025

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	3
SEÇÃO I – OBJETIVO E TERMINOLOGIA.....	3
SEÇÃO II – DA CONSTITUIÇÃO DO PGA E FORMA DE GESTÃO	4
SEÇÃO III – DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO, FONTES E LIMITES.....	4
SEÇÃO IV – DA POLÍTICA E DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	6
SEÇÃO V – DA AVALIAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO.....	6
SEÇÃO VI – DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SEUS CRITÉRIOS	6
SEÇÃO VII – QUANTO AOS INDICADORES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	7
SEÇÃO VIII – DO ATIVO PERMANENTE	8
SEÇÃO IX – DA TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS	8
SEÇÃO X – DA REGRAS DE FOMENTO.....	8
SEÇÃO XI – DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE	9
SEÇÃO XII – DA DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES - TRANSPARÊNCIA.....	9
SEÇÃO XIII – DA APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO	10
CAPÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E GERAIS	10

CAPÍTULO I – DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I – OBJETIVO E TERMINOLOGIA

Art. 1º O Plano de Gestão Administrativa - PGA da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará, doravante designada CE-Prevcom, observará o disposto neste regulamento.

Parágrafo único. O presente regulamento tem por objetivo estabelecer regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios, de natureza previdenciária, administrados pela CE-Prevcom.

Art. 2º O presente regulamento considera a seguinte terminologia:

I - Assistido é o participante ou o beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada;

II - Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da CE-Prevcom;

III - Despesas da gestão administrativa são gastos realizados pela CE-Prevcom na administração dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

IV - Doações e legados figuram qualquer aporte de recurso que seja destinado ao PGA com o fim específico de cobrir as despesas administrativas da CE-Prevcom;

V - Estudo de viabilidade da gestão administrativa: estudo elaborado pela entidade de previdência complementar, com parâmetros prudenciais e conservadores, a partir da projeção do fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário e do fundo administrativo compartilhado, considerando as fontes de custeio administrativo, as receitas e despesas da gestão administrativa, o resultado dos investimentos e o fluxo de caixa projetado para exercícios futuros, conforme premissas, objetivos e critérios estabelecidos no planejamento da entidade, no orçamento e no regulamento do plano de gestão administrativa;

VI - Fontes de Custeio Administrativo: recursos destinados ao plano de gestão administrativa para cobertura das despesas da gestão administrativa.

VII - Fundo Administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário, é o fundo constituído pela diferença apurada entre as fontes de custeio administrativo e as despesas da gestão administrativa, destinado à cobertura dos gastos realizados pela entidade na administração dos seus planos de benefícios de caráter previdenciário, assegurado o registro de sua participação nos planos de benefícios, na forma deste regulamento do plano de gestão administrativa.

VIII - Fundo administrativo compartilhado é o fundo constituído com o objetivo específico de realizar operações de fomento e inovação, sem o registro de sua participação nos planos de benefícios de caráter previdenciário.

IX – Gestão Compartilhada equivale ao modelo de gestão em que os recursos destinados à gestão administrativa dos planos de benefícios e as respectivas despesas são geridos de forma solidária, sendo os saldos do Fundo Administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário e, se houver, do Fundo Administrativo compartilhado, rateados entre os planos de benefícios por critério definido pelo Conselho Deliberativo.

X - Operação de fomento e inovação é a ação ou efeito de: ação ou efeito de promover e impulsionar planos de benefícios de caráter previdenciário que compreende, entre outras, as operações destinadas à cobertura

de gastos com prospecção, desenvolvimento, tecnologia, implantação e ampliação de planos de benefícios de previdência complementar.

XI - Orçamento é o instrumento de planejamento que estabelece as projeções das fontes de custeio administrativo e das despesas da gestão administrativa para determinado período.

XII - Participante é a pessoa física que, atendendo aos critérios estabelecidos nos Regulamentos dos Planos de benefícios administrados pela CE-Prevcom, mantém vínculo com um Plano de benefícios operado por esta Fundação, em conformidade com o seu Estatuto e a legislação estadual aplicável.

XIII - Plano de gestão administrativa é o registro contábil das movimentações financeiras relativas à gestão administrativa dos planos de benefícios mantidos pelas entidades fechadas de previdência complementar e aos fundos administrados, na forma de seu regulamento.

XIV - Receitas de gestão administrativa é a parcela dos recursos que compõem as fontes de custeio.

XV - Taxa de administração, se existente, é o percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, cujo valor é transferido ao plano de gestão administrativa.

XVI - Taxa de carregamento, se existente, é o percentual incidente sobre a soma das contribuições dos participantes e assistidos e dos patrocinadores e dos benefícios dos assistidos, cujo valor é transferido ao plano de gestão administrativa.

XVII - Transferência de Administração corresponde à transferência do gerenciamento de plano de benefícios de uma EFPC para outra, mantido o mesmo patrocinador.

SEÇÃO II – DA CONSTITUIÇÃO DO PGA E FORMA DE GESTÃO

Art. 3º O PGA da CE-Prevcom foi inicialmente constituído com recursos provenientes do aporte de que tratam o art. 2º 1 e art. 21-A, da Lei Complementar estadual nº 185, de 21 de novembro de 2018, e respectivos rendimentos de aplicações financeiras, bem como com a taxa de carregamento e, se houver, com taxa de administração, relativas aos recursos dos planos de benefícios geridos pela Fundação a partir da aprovação dos respectivos Regulamentos pelo órgão fiscalizador.

Art. 4º A CE-Prevcom adotará gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios.

Art. 5º Poderá ser criado Fundo Administrativo Compartilhado, mediante prévia aprovação e definições do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único: Se criado Fundo Administrativo Compartilhado nos termos do *caput*, o seu valor não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do somatório do saldo do fundo administrativo compartilhado com o saldo do fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

SEÇÃO III – DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO, FONTES E LIMITES

Art. 6º O Custeio Administrativo da CE-Prevcom será efetivado com recursos repassados ao PGA por plano previdencial e por fluxo de investimentos, necessários à cobertura das despesas com a administração da Fundação.

§1º De modo a assegurar a estabilidade e a perenidade da gestão administrativa dos planos de benefícios geridos pela Entidade será criado um fundo administrativo, constituído por sobras de recursos aportados pelos planos de benefícios e não utilizados em sua totalidade.

§2º Caberá ao Conselho Deliberativo, com a anuência dos patrocinadores, a definição do montante ou limite percentual em relação à parcela do Fundo Administrativo a ser destinada para a formação, se houver, do Fundo Administrativo Compartilhado.

§3º Na hipótese do disposto no §2º deste artigo e da utilização de montante ou percentual relativo ao aporte de que tratam o art. 21 e art. 21-A, da Lei Complementar estadual nº 185, de 21 de novembro de 2018, a anuência poderá ser dada pelo patrocinador que efetivou o repasse.

Art. 7º São fontes de custeio para a cobertura das despesas administrativas da CE-Prevcom e dos planos geridos, além dos que vierem a ser autorizados pela legislação:

I – receitas da gestão administrativa:

- a) taxa de administração;
- b) taxa de carregamento;
- c) aporte ou reembolso de despesas da gestão administrativa pelos patrocinadores e instituidores;
- d) encargos pelo repasse em atraso de valores referentes à gestão administrativa;
- e) doações;
- f) dotações iniciais;
- g) receitas diretas da gestão administrativa;
- h) antecipação de contribuições dos patrocinadores; e
- i) outras receitas da gestão administrativa previstas na planificação contábil padrão aplicada às entidades;

II – resultado do investimento dos recursos vinculados ao plano de gestão administrativa; e

III – utilização do saldo acumulado pelos fundos administrativos.

§1º As fontes de que trata este artigo e seus limites anuais serão definidos pelo Conselho Deliberativo da CE-Prevcom, para fins de inclusão no orçamento anual, observado plano anual de custeio.

§2º O orçamento do PGA da CE-Prevcom poderá ser alterado durante o transcorrer do exercício financeiro, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

§3º Poderá haver autorização para utilização do fundo administrativo em projetos de melhorias nos processos de gestão e reestruturação da entidade desde que não impliquem aumento das despesas fixas.

§4º - Poderá haver a utilização de margem para recursos em despesas administrativas, quando os custos

administrativos da EFPC forem superiores às fontes de custeio do PGA;

§5º - As receitas diretas da gestão administrativa referem-se aos recursos provenientes das atividades de gestão da entidade e da execução dos planos de benefícios de caráter previdenciário, compreendendo, entre outros, aqueles recebidos de:

I – seguradoras;

II – ganho na venda de imobilizado;

III – publicidade; e

IV – outras parcerias comerciais com terceiros.

§6º - A CE-Prevcom deve certificar-se de que as receitas diretas da gestão administrativa são compatíveis com o objeto de administração de planos de benefícios e identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos envolvidos na celebração dos contratos que as originem.

Art. 8º O limite anual para as destinações vertidas pelo Plano de Benefícios para a gestão administrativa será aquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, dentre os possíveis abaixo:

I – até 1% (um por cento) de taxa de administração; ou

II – até 9% (nove por cento) de taxa de carregamento (se houver)

Parágrafo único. O limite estabelecido deverá constar no orçamento e no plano de custeio anual.

SEÇÃO IV – DA POLÍTICA E DA REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Art. 9º Os recursos líquidos do PGA deverão ser investidos de acordo com a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar e consoante a política de investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da CE-Prevcom.

SEÇÃO V – DA AVALIAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Art. 10º O Fundo Administrativo deverá ser anualmente avaliado, quando da elaboração do orçamento da CE-Prevcom.

§1º A avaliação anual do Fundo Administrativo terá por foco a garantia da sustentabilidade da gestão administrativa dos planos de benefícios da Fundação, na busca do equilíbrio operacional entre receitas e despesas administrativas.

§2º Caberá à Diretoria Executiva providenciar a avaliação do Fundo Administrativo e submeter à apreciação do Conselho Deliberativo.

SEÇÃO VI – QUANTO AOS CRITÉRIOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Art. 11 Na aprovação do orçamento anual, o Conselho Deliberativo da Entidade estabelecerá critérios quantitativos e qualitativos que nortearão as despesas administrativas, assim como as metas para os

indicadores de gestão para avaliação dos gastos relativos às despesas administrativas, com base em proposta definida pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único. Ao fixar os critérios quantitativos e qualitativos para os dispêndios, das despesas administrativas da CE-PREVCOM, o Conselho Deliberativo observará as normas de governança da Entidade e tomará por base os seguintes aspectos:

- I - os recursos garantidores dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário administrados;
- II - as contribuições e os benefícios concedidos;
- III - a quantidade e a modalidade dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário administrados;
- IV - o número de participantes e assistidos;
- V - a utilização do fundo administrativo, se for o caso;
- VI - as fontes de custeio administrativo; e
- VII - a forma de gestão dos investimentos.

SEÇÃO VII – QUANTO AOS INDICADORES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 12 Com o objetivo de garantir uma avaliação mensurável das despesas administrativas realizadas pela CE-Prevcom a Diretoria Executiva definirá indicadores de gestão administrativa, que serão acompanhados pelo Conselho Fiscal e observado o porte e a complexidade de operação.

§1º As metas para os indicadores de gestão deverão permitir uma adequada avaliação dos gastos realizados pela Fundação, com critérios claros e precisamente definidos.

§2º Os indicadores de gestão, para acompanhamento, comparação e controle devem evidenciar:

I – a taxa de administração, em relação:

- a) ao total de participantes e assistidos; e
- b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário;

II – a taxa de carregamento, em relação:

- a) ao total de participantes e assistidos; e
- b) às contribuições dos participantes e assistidos e dos patrocinadores e instituidores ou aos benefícios dos assistidos;

III – as despesas da gestão administrativa em relação:

- a) ao total de participantes e assistidos;
- b) aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados;
- c) ao ativo total;
- d) ao fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário;
- e) às receitas da gestão administrativa; e
- f) ao valor estabelecido para o exercício;

IV – as despesas com pessoal, em relação:

- a) às receitas da gestão administrativa; e
- b) às despesas da gestão administrativa totais;

V – a evolução dos fundos administrativos; e

VI – a observância ao limite de que trata o art. 5º deste regulamento.

SEÇÃO VIII – DO ATIVO PERMANENTE

Art. 13 Os valores registrados no Ativo Permanente serão custeados com recursos administrativos e devem ser contabilizados no PGA.

Parágrafo Único: O Fundo Administrativo do PGA não poderá ser inferior a totalidade do saldo do Ativo Permanente.

Art. 14 A CE-Prevcom poderá adquirir imóvel com recursos do PGA, para fim do exercício das suas atividades, mediante proposta aprovada pelo Conselho Deliberativo, observando-se que a depreciação do referido imóvel e os aluguéis das áreas não utilizadas comporão a evolução do fundo administrativo do próprio PGA.

SEÇÃO IX – DA TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 15 Na hipótese de transferência de administração de plano de benefícios para outra entidade de previdência complementar, parte do fundo administrativo registrado nas demonstrações contábeis do PGA da CE-Prevcom poderá ser transferida, observados, para valoração da parcela devida, os critérios da equivalência ao valor individualmente aportado a título de adiantamento de contribuição pelo patrocinador e da equivalência patrimonial ao montante dos recursos garantidores do plano de benefícios para os demais recursos.

Parágrafo Único: O Conselho Deliberativo decidirá a forma da devolução da parcela devida do fundo administrativo, podendo utilizar transferência de ativo permanente e parcelamento de valor.

Art. 16 Na ocorrência da hipótese descrita neste capítulo, será elaborado um Termo de Transferência onde serão detalhados os procedimentos, as etapas, os direitos e as obrigações das partes durante e após a operação.

Parágrafo Único: A transferência da administração de Plano de benefícios não se confunde com retirada de patrocínio, sendo esta última vedada no caso de Planos de Servidores Públicos, nos termos do § 1º, do art. 1º, da Resolução CNPC nº 59, de 13 de dezembro de 2023.

SEÇÃO X – DA REGRAS DE FOMENTO

Art. 17 A Entidade poderá destinar do fundo para cobertura de gastos com Operações de Fomento e Inovação que poderão ser custeadas pelo Fundo Administrativo.

Art. 18 A Entidade fica autorizada a constituir fundo administrativo compartilhado, mediante aprovação do Conselho Deliberativo, com o objetivo específico de realização de operações de fomento e inovação a serem fixadas no ato autorizatório, que será desvinculado do fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário, cujas origens e valores serão definidos pela legislação.

§1º A autorização para a constituição do fundo administrativo compartilhado, fica condicionada à segregação prévia de valores para o funcionamento da entidade e para a operação dos planos de benefícios, pelo período mínimo de 3 (três) anos.

§2º Os valores registrados no fundo administrativo compartilhado permanecerão vinculados a entidade de origem nos casos de operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização da entidade, e aos respectivos planos de benefícios, bem como no caso de retirada de patrocínio ou transferência de gerenciamento de planos de benefícios, salvo disposição específica estabelecida neste regulamento.

Art. 19 O registro de recursos no fundo administrativo compartilhado deve ser precedido de estudo de viabilidade da gestão administrativa, dispondo entre outros aspectos, sobre:

I - necessidade de custeio das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela entidade, com aderência do fluxo previsto de contribuições e benefícios futuros;

II - necessidade e capacidade de estímulo ao fomento e inovação e atração de novos patrocinadores, instituidores e participantes aos planos de benefícios administrados pela entidade;

III - análise da relação entre custo e o benefício das operações de fomento e inovação a serem custeadas; e

IV - viabilidade econômico-financeira de acesso aos recursos destinados pela legislação.

Parágrafo Único: A Diretoria Executiva elaborará o estudo de viabilidade definido no *caput*, e o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre ele, antes da aprovação do Conselho Deliberativo.

SEÇÃO XI – DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 20 O Conselho Fiscal será o órgão responsável pelo acompanhamento e controle da execução orçamentária e dos indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto aos limites e critérios quantitativos e qualitativos, além das metas estabelecidas para os indicadores aprovados pelo Conselho Deliberativo e deverá incluir tópico destinado ao cumprimento desta obrigação no seu relatório semestral.

SEÇÃO XII – DA DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES - TRANSPARÊNCIA

Art. 21 As informações relativas ao PGA da CE-Prevcom serão disponibilizadas aos patrocinadores, participantes, assistidos e beneficiários, atendendo à legislação vigente, preferencialmente por meios eletrônicos e digitais.

Parágrafo Único: A CE-Prevcom deverá incluir no Relatório Anual de Informações (RAI), a análise comparativa contemplando no mínimo os últimos dois exercícios:

I – do plano de gestão administrativa;

II – do fundo administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário;

III – do fundo administrativo compartilhado, se houver;

IV – das receitas da gestão administrativa, especificando as receitas diretas da gestão administrativa;

V – das despesas da gestão administrativa, especificando as destinadas às operações de fomento e inovação; e

VI – dos indicadores de gestão para acompanhamento, comparação e controle, de que trata o art. 11 deste regulamento.

SEÇÃO XIII – DA APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Art. 22 Compete exclusivamente ao Conselho Deliberativo da CE-Prevcom aprovar ou alterar este regulamento.

Parágrafo único. As alterações de regulamento não poderão, em nenhuma hipótese, contrariar os objetivos estabelecidos no Estatuto da CE-Prevcom ou no regulamento dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

CAPÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E GERAIS

Art. 23 O recebimento do aporte de recursos a título de adiantamento de contribuição de Patrocinador por parte da CE-Prevcom deve observar as condições e ritos do Órgão responsável pelo repasse.

Art. 24 A CE-Prevcom poderá estabelecer parceria com outras entidades, públicas e privadas, a fim de otimizar a utilização dos recursos administrativos da Fundação, inclusive com o estabelecimento de critérios de rateio de custos correspondentes.

Art. 25 Os casos omissos deverão ser tratados e disciplinados pelo Conselho Deliberativo da CE-Prevcom.

Art. 26 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da CE-Prevcom.

Regulamento aprovado na 31ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, ocorrida em 08/12/2025.